

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, por intermédio da Pregoeiro(a) designada pela Portaria Diges/Secad n.6937488, de 05 de outubro de 2018.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2019

Código UASG: 810005

PAe nº 00135.214187/2018-39

RECORRENTE: J MACEDO PEREIRA ME, inscrita no CNPJ (MF) nº10.653.264/0001-06 e Inscrição Estadual nº 07.621.026/001-76, estabelecida em Brasília-DF, no endereço : SHCN CL QD. 406 BL "A" Sala 116, Asa Norte , telefone nº (61) 3273-2037 / 3273-2037, por intermédio de sua representante legal a Senhora JOILMA MACEDO PEREIRA, Carteira de Identidade n.º 2.096.152 – SESP/DF, CPF nº 949.064.671-7, vem mui respeitosamente e tempestivamente, na qualidade de licitante no certame, vem à presença de V. Sa., por seu representante legal infra-assinado, com amparo no inciso I do Artigo 109, da Lei nº. 8.666/93, apresentar, TEMPESTIVAMENTE,

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que classificou e habilitou a empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, pelas razões que passará a expor, requerendo seu conhecimento, admissão e procedência, ou, em caso negativo, a remessa à AUTORIDADE SUPERIOR, para apreciação e julgamento.

I - SÚMULA DOS FATOS

O MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, por meio da Coordenadoria de Licitações e por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, identificado em epígrafe, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para prestação de serviços continuados para o exercício da função de motorista (CBO-7823-05), para atendimento as unidades administrativas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos localizados em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A licitação será em grupo único, formado por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Após apresentação de propostas e fase de habilitação, a empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA foi considerada vencedora do certame. No entanto, a referida empresa demonstrou não preencher o requisito habilitatório Qualificação Técnica, dispostos no edital, devendo ser desclassificada/ inabilitada, em função dos fundamentos que a seguir serão expostos:

II – ILEGALIDADES APRESENTADAS NA PROPOSTA VENCEDORA.

Da análise do procedimento licitatório, a empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA formulou sua proposta com AFRONTA DIRETA À LEI 8.666/93 AO NÃO COMPROVAR POSSUIR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA Os pontos a serem abordados cingem-se à análise dos documentos apresentados pela licitante Recorrida, em especial os atestados de capacidade técnica os quais desobedeceram frontalmente aos comandos do edital, que exigia a Qualificação Técnica, ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, em total desconformidade com a legislação.

O entendimento corrente, tanto na doutrina como na jurisprudência, é de que o Edital, no procedimento licitatório, constitui Lei entre as partes sendo certo que "ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade, da isonomia e da vinculação."

Não foi por outro motivo que, no preâmbulo do Edital, está estampado como regência legal a Lei das Licitações, em relação ao qual devem os licitantes e a administração se compromissar, sob pena de ferir o princípio da legalidade.

Veja-se, a propósito, o que estabelece o art. 3º da Lei nº 8.666/93:

É oportuno sobressair que a Emenda Constitucional nº 19/98 incorporou entre os princípios basilares da atividade administrativa, o da eficiência. Satisfazendo este mandamento cabe o órgão licitante acautelar que o futuro contratado seja apto para cumprir de forma satisfatória o objeto licitado.

Corroborando com este entendimento o Ministro Francisco Falcão pondera:

Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.666/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo –a lei – mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. (Grifei) (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)

Destarte, apesar do veto presidencial concluímos ser lícito exigir dos licitantes a capacitação técnico-operacional, isto é, a empresa deverá demonstrar através de atestados que possui condições técnicas para executar o objeto a ser contratado.

Tanto a doutrina como a jurisprudência já pacificaram o assunto.

Com sapiência, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles ensina:

A comprovação da capacidade técnico-operacional continua sendo exigível não obstante o veto oposto à letra b do §1º do art. 30. Na verdade, do dispositivo impunha limitações a essa exigência, e sua retirada do texto legal

deixou a critério da entidade licitante estabelecer, em cada caso, as exigências indispensáveis à garantia das obrigações. (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 151)

A Corte de Contas do Estado de São Paulo adota o entendimento a favor sobre a exigência da qualificação operacional:

SÚMULA Nº 24 – Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

Da mesma forma o Egrégio Tribunal de Contas da União – fundamentada em voto do Ministro Revisor Lincoln Magalhães da Rocha – estabeleceu:

[...] 8.2.1. (que se) solicite, doravante, atestado de capacidade técnica, tanto do profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido por entidade, como das empresas participantes da licitação, com fulcro no inciso I do parágrafo 1º, c/c o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93 e o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, sem contudo, vincular este atestado ou declaração à execução de obra anterior. (TCU, Decisão 767/98, DOU de 20/11/98)

Destacou a unidade técnica, ainda, que a discricionariedade dada à Administração para juízo de valor quanto ao que seria relevante, para fins de comprovação de capacidade técnica, não dispensaria razoabilidade na escolha dos itens de referência, pelo que a exigência, na espécie, deveria ser considerada indevida, o que foi acolhido pelo relator, o qual votou por que o Tribunal desse ciência da irregularidade ao Governo do Estado do Mato Grosso do sul, sem prejuízo de que fosse promovida a audiência do servidor responsável pelo fato, no que contou com a anuência do Plenário. Acórdão n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.

Outrossim, proclamo Sumula do TCU nº 263: "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A) ATESTADOS INCOMPATÍVEIS – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

É de conhecimento de Vossa Senhoria que a Lei nº 8.666/93 dispõe que a qualificação técnica será comprovada, dentre outros documentos, através da comprovação de desempenho de atividade COMPATÍVEL e PERTINENTE em características com o objeto da licitação.

É legítima a atribuição de pontuação progressiva em função da quantidade de atestados comprobatórios de experiência técnica, pois a execução reiterada de determinados serviços, em certa medida, qualifica a licitante a executá-los com melhor qualidade. Entretanto, a Administração deve demonstrar claramente no projeto básico os fundamentos para essa forma de pontuação.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Já o EDITAL explicitamente exigente comprovação técnica nos Itens tanto no Edital como no Termo de Referência , em seus itens menciona: as empresas, cadastradas ou não no SICAF:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.8 deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1 - COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, OU COM O ITEM PERTINENTE, POR PERÍODO NÃO INFERIOR A TRÊS ANOS, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS FORNECIDOS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO.

8.8.1.1 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.1.2 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.8.1.3 - Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.1.4 - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.1.5 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação,

endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.1.2 - Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.8.3 - Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.4 - Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.4.1 - O atestado apresentado para um item não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente.

E

Reiteradamente no Termo de Referência do referido edital:

4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 - As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

4.1.1 - Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.2 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.3 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

4.1.4 - Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.1.4.1 - O atestado apresentado para um item não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente.

4.1.5 - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.1.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

O OBJETO DA LICITAÇÃO É A PRESTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA (CBO-7823-05), OU SEJA, OS ATESTADOS DE CAPACIDADE APRESENTADOS PELA EMPRESA DEVERIAM COMPROVAR QUE A EMPRESA PRESTOU, ANTERIORMENTE, OS SERVIÇOS INFORMADOS ACIMA.

Entretanto, conforme se observa em 11 (onze) dos atestados da empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, é possível afirmar que os atestados apresentados pela suposta vencedora NÃO POSSUEM QUALQUER SEMELHANÇA OU COMPATIBILIDADE COM O OBJETO DA LICITAÇÃO PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

E não somente no tocante a Qualificação Técnica, mas nas inúmeras divergências, que com uma análise básica não é difícil ver as informações conflitantes.

Corroborando com as informações prestadas acima, a ora Recorrente demonstra a incompatibilidade dos contratos apresentados pela empresa ao MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS com o objeto do certame.

Vejamos:

1 - ATESTADO BARÃO DE MAUÁ – Objeto: Limpeza e Conservação, Portaria Diurna e Noturna

*4 Agente de portaria / 3 serventes

Data Assinatura do Contrato: 14/05/2016

Data Emissão Atestado: 23/04/2019

Vigência: 14/05/2016 a 31/03/2021

2 - ATESTADO CONDOMINIO DO BL J DA SQN 308 – Objeto: Limpeza e Conservação, Portaria Diurna e Noturna, monitoramento eletrônico e fiscalização móvel.

*06 postos de agente de portaria e 2 postos de auxiliar de serviços gerais)

Data Assinatura do Contrato: 20/07/2018

Data Emissão Atestado: 26/04/2019

Vigência: 01/09/2015 a 31/07/2017

3 - ATESTADO CONDOMINIO Bloco G, SQS 104 – Objeto: Mão de Obra especializada em limpeza, conservação e zeladoria, com fornecimento de materiais e equipamentos.

*01 posto (2 porteiros diurnos)

Data Assinatura do Contrato: 24/07/2012

Data Emissão Atestado: 09/01/2019

*3 postos zelador / 1 posto de auxiliar de serviços

Vigência: 24/07/2014 a 10/09/2020

Data da Assinatura Termo Aditivo: 11/09/2018

Vigência do Termo Aditivo: 11/09/2018 a 10/10/2020 (DIVERGE COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS AONDE MENCIONA A VIGÊNCIA POR TEMPO INDETERMINADO)

4 - ATESTADO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BRASILIA- Objeto: Presta serviços de portaria (controle de acesso).

*01 posto 12x 36 todos os dias da semana

Data Assinatura do Contrato: não foi apresentado contrato

Data Emissão Atestado: 03/12/2018

Vigência: indeterminado. (DIVERGE COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS AONDE MENCIONA A VIGÊNCIA DE 08/08/2013 POR TEMPO INDETERMINADO)

Apresentação de 2 notas fiscais: nº 000.569 - 02/01/2019 - R\$ 8.229,22 / nº 000.652 - 02/07/2019 - R\$ 8.530,50

5 - CAMARA MUNICIPAL DE VALPARAISO DE GÓIAS - Objeto: Limpeza, Conservação e Higienização, nas edificações internas e externas dos EDIFÍCIOS da CAMARA MUNICIPAL DE VALPARAISO DE GÓIAS.

*7 postos de auxiliar de serviços gerais / 1 postos de encarregado

Data da Assinatura do Contrato: não há arquivo

Data Assinatura Termo Aditivo: 27/12/2018

Vigência: 31/12/2018 a 30/11/2019 *

Assinatura Atestado: 13/03/2019 - (MENCIONA QUE DESDE 01/02/2018 VEM PRESTANDO OS SERVIÇOS, DIVERGE COM O TERMO ADITIVO)

6 - CIPLAN - Objeto: Prestação de Serviços de Agente de Portaria.

*1 postos agente de portaria

Data da Assinatura do Contrato: 04/06/2016

Vigência: 04/06/2016 a 02/08/2016 * (DIVERGE COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS AONDE MENCIONA A VIGÊNCIA DE 31/12/2019 POR TEMPO INDETERMINADO)

Assinatura Atestado: 03/10/2018 - (MENCIONA PRESTOU SERVIÇO NO PERÍODO DE 04/06/2016 A 13/07/2018 DIVERGINDO COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS ATIVOS.)

Apresentação de uma nota fiscal nº 000.471 emitida em 25/04/2018 no valor de R\$ 10.756,59 (3 postos) conflitando com o objeto contratual.

7 - EMBAIXADA DA ESPANHA - Objeto: Limpeza e Conservação, Portaria Diurna e Noturna

*4 postos Porteiro

Data Assinatura do Contrato: 14/10/2015

Data Emissão Atestado: 23/04/2019

Vigência: 20/10/2015 a 31/12/16 *

8 - FIOCRUZ - Objeto: Prestação de serviço de telefonista.

*2 telefonista

Data Assinatura do Contrato: não há arquivo

Data da Assinatura 1º Termo Aditivo: 12/11/2018

Data Emissão Atestado: 06/02/2019

Vigência: 21/01/2018 a 21/01/2020 *

9 - PDT - Partido Democrático Trabalhista - Objeto: Prestação de serviço Agente de Portaria e Servente.

*2 Agente de Portaria / 2 Servente

Data Assinatura do Contrato: 11/11/2016

Data Emissão Atestado: 10/07/2018

Vigência: 11/07/2016 a 10/07/2018 * (DIVERGENTE COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS ATIVOS).

10 - SUSTENTARE AMBIENTAL - Objeto: Presta serviços de portaria (controle de acesso).

*04 Agente de portaria / 01 posto de fiscalização móvel

Data Assinatura do Contrato: 23/02/2016 - DIVERGENCIA DE DATAS , NO TEXTO CONTRATO É MENCIONADA A EXECUÇÃO EM 06/01/2017.

Data Emissão Atestado: 03/12/2018

Vigência Termo Aditivo: 21/04/2018 a 17/10/2018 - 6 meses , não a apresentação de outros termos aditivos (DIVERGE COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS AONDE MENCIONA A VIGÊNCIA DE 23/06/2012 POR TEMPO INDETERMINADO)

Apresentação de 2 notas fiscais: nº 000.490 - 14/06/2018 - R\$ 14.955,42 / nº 000.498 - 12/07/2018 - R\$ 14.955,42.

10 - SUSTENTARE AMBIENTAL - Objeto: Presta serviços de portaria (controle de acesso).

*04 Agente de portaria / 01 posto de fiscalização móvel

Data Assinatura do Contrato: 23/02/2016 - DIVERGENCIA DE DATAS , NO TEXTO CONTRATO É MENCIONADA A EXECUÇÃO EM 06/01/2017.

Data Emissão Atestado: 03/12/2018

Vigência Termo Aditivo: 21/04/2018 a 17/10/2018 - 6 meses , não a apresentação de outros termos aditivos (DIVERGE COM A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS AONDE MENCIONA A VIGÊNCIA DE 23/06/2012 POR TEMPO INDETERMINADO)

Apresentação de 2 notas fiscais: nº 000.490 - 14/06/2018 - R\$ 14.955,42 / nº 000.498 - 12/07/2018 - R\$ 14.955,42.

Com base nas informações prestadas acima, não restam dúvidas de que TODOS OS ATESTADOS APRESENTADOS PELA EMPRESA G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA AFRONTAM OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DISPOSTOS NO EDITAL, o que não podem ser aceitos, pois, estaria a licitação afrontando princípios administrativos, além de colocar em risco a correta execução do serviço licitado, uma vez que a empresa Recorrida não conseguiu comprovar possuir qualificação técnica para prestar os serviços licitados.

Dessa forma, a Recorrente requer a INABILITAÇÃO da empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, por não ter comprovado possuir qualificação técnica, não cumprindo os requisitos estabelecidos no referido edital Edital.

Confiante no espírito público deste Estimado Orgão e representado nesta ocasião por esse ilustre Pregoeiro(a) e aduzidas as razões que balizaram e fundamentaram o presente recurso administrativo, com supedâneo nas legislações vigentes, requer o recebimento e análise da presente peça, por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade e ainda, que lhe seja dado provimento para reformar a decisão que classificou/habilitou a empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, desclassificando-a/inabilitando-a do certame, haja vista que os requisitos de classificação não foram preenchidos pela empresa recorrida.

Outrossim, caso seja mantida a decisão impugnada, requer sejam explicitados, em razões fundamentadas, os motivos pelos quais, este Ilmo(a). Pregoeiro(a) resolveu manter seu posicionamento. Na hipótese de não ser reformada, sabe-se que a decisão objurgada não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas da União, para apuração de responsabilidade.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 26 de Agosto de 2019.

J MACEDO PEREIRA ME
JOILMA MACEDO PEREIRA
CNPJ nº10.653.264/0001-06

Fechar